

Sujeitos do património: os novos horizontes da museologia social em São Brás de Alportel

Subjects of Heritage: New Horizons of Social Museology at São Brás de Alportel

Lorena Sancho Querol and Emanuel Sancho



Publisher

Centro de Estudos Sociais da Universidade
de Coimbra

Electronic version

URL: <http://ec.es.revues.org/1780>

DOI: 10.4000/ec.es.1780

ISSN: 1647-0737

Electronic reference

Lorena Sancho Querol e Emanuel Sancho, « Sujeitos do património: os novos horizontes da museologia social em São Brás de Alportel », *e-cadernos ces* [Online], 21 | 2014, colocado online no dia 01 Junho 2014, consultado a 01 Outubro 2016. URL : <http://ec.es.revues.org/1780> ; DOI : 10.4000/ec.es.1780

The text is a facsimile of the print edition.



SUJEITOS DO PATRIMÓNIO: OS NOVOS HORIZONTES DA MUSEOLOGIA SOCIAL EM SÃO BRÁS DE ALPORTEL*

LORENA SANCHO QUEROL

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS, UNIVERSIDADE DE COIMBRA, PORTUGAL

EMANUEL SANCHO

MUSEU DO TRAJO DE SÃO BRÁS DE ALPORTEL, ALGARVE, PORTUGAL

Resumo: As palavras museologia e museu apresentam diferentes texturas, matizes e sentidos quando aplicadas sob a ótica de uma museologia comprometida com o desenvolvimento sustentável. Surge então uma “museologia de cariz inclusivo”, ou Museologia Social, cujas práticas participativas se traduzem no reconhecimento de outros/as agentes, outros patrimónios, outras faces da cultura local.

Este artigo apresenta a experiência de um museu do interior do Algarve comprometido com esta causa, o Museu do Trajo de São Brás de Alportel. O seu modelo de gestão, caracterizado pela procura da sustentabilidade, pela liberdade de ação e pela partilha que resulta no reconhecimento e na definição de novos usos para os saberes e experiências locais, assenta na existência de “camadas” de atuação que permitem reposicionar a museologia e o museu na senda da construção de uma globalização alternativa.

Palavras-chave: Museologia Social, museu em camadas, sustentabilidade, empoderamento, utopia.

* O presente artigo corresponde a uma versão revista e melhorada do artigo inicialmente publicado nas Atas do 19.º Workshop da APDR “Resilient Territories: Innovation and creativity for new modes of regional development”, sob o título “On the trail of Social Museology: Inclusion & diversity in the Museum of São Brás”, publicado no início de 2014 (Sancho Querol e Sancho, 2014). Constitui, igualmente, um produto científico do projeto de pós-doutoramento da autora do texto. Sob o título “A Sociedade no Museu: estudo sobre participação cultural nos museus locais europeus” (SOMUS), este projeto é cofinanciado pelo Fundo Social Europeu através do Programa Operacional Potencial Humano, e por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) no âmbito da Bolsa de Pós-Doutoramento com a referência SFRH/BPD/95214/2013.

SUBJECTS OF HERITAGE: NEW HORIZONS OF SOCIAL MUSEOLOGY AT SÃO BRÁS DE ALPORTEL

Abstract: The words museology and museum reveal different textures, nuances and meanings when understood through the perspective of museology committed to sustainable development. “A museology of inclusive nature” or a Social Museology then emerges, whose participatory practices can be translated into the recognition of other agents, other heritages, other aspects of local culture.

This article depicts the experience of a museum in the Algarve (Portugal) committed to this cause, the Costume Museum of São Brás de Alportel. Its management model, marked by the search for sustainability, the freedom of action and sharing that results from the recognition and definition of new uses of local knowledge and experiences, is based on the existence of “action layers” that allow us to reposition museology and the museum at the wake of the construction of an alternative globalization.

Keywords: Social Museology, museum in layers, sustainability, empowerment, utopia.

1. INTRODUÇÃO

Há já algum tempo que temos sentido vontade de elaborar um texto sobre o modelo de gestão que vem sendo desenvolvido no Museu do Trajo de São Brás de Alportel (MuT). Conversas, desafios e experiências que cruzam teorias e práticas para confluír numa museologia construída no dia a dia, e num museu cujo destino é o de “ser-em-plural” (Delgado, 2009), foram alimentando a “vontade de escrita” que materializamos neste artigo.

O nosso objetivo é sistematizar o caminho de Museologia Social que o MuT tem construído nos últimos anos, porque nele encontramos um conjunto de experiências que se traduzem na valorização da cultura local, no exercício de uma patrimonialização plural e evolutiva, e na identificação e reutilização dos processos, sentidos e saberes que dão vida a este projeto museológico.

Com este objetivo, e no âmbito do debate suscitado pelo Painel 19 do V Congresso da APA,¹ o MuT parece-nos ser um interessante caso de estudo para refletirmos sobre o lugar do museu (local) e da Museologia (Social) no atual processo de alargamento e humanização do património cultural, mas também nos reflexos que as novas formas, usos e sentidos da participação museológica apresentam para um campo como o dos Estudos do Património.

Neste contexto, o artigo que aqui apresentamos constitui o resultado de uma reflexão em torno de algumas questões que nos parecem estruturantes para tecer uma Museologia da alteridade.

¹ O V Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia (APA) teve lugar entre 9 e 11 de setembro de 2013 na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, com o tema “Antropologia em Contraponto”. No Painel 19, com o título “Dez anos da Convenção do Património Imaterial: ressonâncias Norte e Sul” refletiu-se sobre a evolução dos processos de reconhecimento e salvaguarda do património cultural imaterial de um e de outro lado do Atlântico, abordando diferentes dimensões e territórios de atuação.

2. A MUSEOLOGIA SOCIAL E A CAUSA LOCAL COMO SEMÂNTICA DO MUSEU

Do centro da nossa temática, e tendo em conta que o tipo de museologia praticada pelo MuT é uma resposta ao câmbio de paradigma que vem acontecendo na área das ciências sociais nestas últimas décadas (Fraser, 2000; Bourdieu, 2001; Santos, 2009), parece-nos relevante localizar o ponto de partida do texto nos anos 70 do século passado, centrando o nosso estudo na evolução e cruzamento de três conceitos-chave para os museus do século XXI: património, museologia e desenvolvimento.

Com efeito, dois documentos elaborados pela UNESCO durante essa década assentariam as bases dos compromissos relacionados com estes conceitos. O primeiro deles constituía o fruto da primeira grande convenção sobre património cultural (Convenção para a Proteção do Património Mundial Cultural e Natural - UNESCO, 1972) e privilegiava aquilo que agora consideramos ser uma noção monumental e elitista de património. O segundo, conhecido como a Declaração de Santiago (ICOM, 1972), e da autoria da secção museológica deste mesmo organismo, refletia o espírito das novas causas sociais que protagonizavam a cena de um e de outro lado do Atlântico, levando em frente a reflexão iniciada com o Seminário Regional da UNESCO sobre o Papel Pedagógico dos Museus (ICOM, 1958) ao reconhecer a sua função social com base no conceito de “museu integral”. Nele o ICOM (International Council of Museums) fixava as bases de uma museologia participativa, capaz de reconhecer o museu como instrumento dinâmico de mudança social, com base no trabalho interdisciplinar e no reconhecimento do/a museólogo/a enquanto ser político-social (Cândido, 2003).

Sob esta perspetiva, podemos então afirmar que a década de 70 viu nascer o reconhecimento do papel sociocultural do processo museológico, enquanto via de desenvolvimento integral. Nos alicerces encontrava-se o princípio da democracia participativa, que começava a ver a luz, mas também o reconhecimento do capital social como eixo de coesão e desenvolvimento.

Com a década seguinte, a reflexão em curso e a evolução das linhas estabelecidas em Santiago desembocavam no aparecimento de uma nova corrente museológica que, sob o nome de Nova Museologia (Declaração de Québec, 1984), propunha uma renovação dos princípios e metodologias desta disciplina das ciências sociais (Lorente, 2012; Sancho Querol, 2013). Novas formas de museologia (ecomuseus, museus escolares, comunitários, de vizinhança, de cidade, etc.) começavam a espalhar-se pela Europa e pelas Américas.

Reforçada pela criação do Movimento Internacional para uma Nova Museologia, em 1985,² esta corrente estruturou a sua atuação com base numa tríada conceptual onde comunidade, território e património constituíam a base de uma museologia de cariz social (Fernández, 2003; Bruno, 2010).

Simultaneamente, nesse mesmo período entrava em cena o terceiro dos nossos conceitos. Num contexto delineado por uma (ainda) tímida globalização, associada a uma crescente consciência ambiental, surgia o relatório da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, “Our Common Future”, mais conhecido como “Relatório Brundtland” (ONU, 1987). Apresentando uma visão crítica do modelo de crescimento até aí adotado pelos países mais desenvolvidos e em vias de desenvolvimento, Brundtland definia o conceito de Desenvolvimento Sustentável, salientando os riscos do uso excessivo dos recursos naturais sem considerar a capacidade de suporte dos ecossistemas, no presente, e a consequente insustentabilidade das gerações futuras.

Após este sinal de alarme, e como fruto da primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ONU, 1992), ganhava forma a Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento (*ibidem*) e, sobretudo, a Agenda 21, documentos cruciais para uma reformulação dos modelos de desenvolvimento até aí utilizados, onde se identificava uma forte interligação entre a proteção ambiental global e as vertentes económica e social do desenvolvimento.

Desta forma, constatando os efeitos devastadores do modelo extractivista, e como resultado da reflexão internacional em curso, e do trabalho de ativistas como John Elkington, surgia na década de 90 o Modelo de Sustentabilidade dos Três Pilares ou *Triple bottom line* (Elkington, 1998) para dar resposta aos desafios colocados pelas Nações Unidas.

Estruturado em três dimensões-chave, a social (justiça), a económica (prosperidade) e ambiental (qualidade)³ este conceito de sustentabilidade mostrava relevantes similitudes com alguns dos desafios anteriormente estabelecidos em Santiago do Chile. Construir um modelo evoluído, resultante do cruzamento destas duas premissas e que colocasse o museu no seu centro, passou então a ser o principal desafio.

Embora procedentes de diferentes contextos, e não esquecendo que a Nova Museologia tinha surgido associada ao desafio do desenvolvimento sociocultural, as lógicas relacionadas com cada um destes conceitos começavam a aproximar-se cada vez mais, podendo estabelecer-se um interessante paralelismo entre elas. Com efeito,

² Cf. <http://www.minom-icom.net/about-us> (consultado a 19.08.2013).

³ Cf. <http://www.sustainability.com/history> (consultado a 12.09.2013).

pela sua natureza e pelos compromissos que lhes estavam associados, a dimensão social do conceito de sustentabilidade podia-se equiparar ao conceito de Comunidade da Nova Museologia, enquanto a dimensão ambiental se situava ao nível do território. No entanto, ao comparar a terceira dimensão da sustentabilidade – a económica – com o terceiro eixo de atuação da Nova Museologia – o património – o processo parecia bifurcar-se.

Este desencontro entre a dimensão económica e o património evidenciava, na realidade, duas grandes “ausências” que o século XXI viria a constatar. De facto, o património da Nova Museologia trazia com ele os desafios relacionados com aquele que é atualmente o quarto pilar do desenvolvimento: a cultura (Hawkes, 2001; ONU, 2012), e a dimensão económica do desenvolvimento trazia os desafios relacionados com o lugar que o museu podia também ocupar na sustentabilidade económica do meio em que se insere e, por consequência, na própria teoria museológica.

A partir daqui, os passos seguintes foram marcados pela progressiva consciencialização destas ausências, dando lugar à definição de medidas específicas para minimizar os seus efeitos. Assim, na área dos Estudos do Património dar-se-ia início a um processo de humanização do conceito e das realidades a ele associadas. Manifestado a nível internacional com a inclusão da cultura popular (UNESCO, 1989), a criação da Secção de Património Intangível da UNESCO (1993), as políticas de valorização e proteção da diversidade cultural (UNESCO, 2001) e o reconhecimento da dimensão imaterial das culturas (UNESCO, 2003), este processo conduziria a uma reformulação do conceito de património, situando no centro do debate a necessidade de salvaguardar os saberes e tradições em vias de desaparecimento. Os seus reflexos colocam-nos hoje perante o desafio que cruza a valorização do local (por alguns referida como glocalização) com a preservação da cultura viva. Em jogo está toda uma negociação coletiva dos processos culturais locais, que se traduz, entre outras coisas, na construção das identidades contemporâneas (Gonçalves, 2007; Alvizatou, 2012).

Simultaneamente, a partir da década de 90 a Nova Museologia iniciaria um processo de aproximação a outras áreas disciplinares das ciências sociais, que desembocaria na regeneração da corrente museológica sob o nome de Museologia Social ou Sociomuseologia. A partir deste momento, a disciplina visaria o desenvolvimento sustentável através do museu, mediante a participação das comunidades na definição, gestão e socialização dos bens culturais e naturais, centrando a sua prática na construção do museu como projeto coletivo.

Iniciada a segunda década do século XXI, e perante um contexto de fortes mudanças como as que atravessamos, torna-se hoje evidente a necessidade e a pertinência de reposicionar museu e museologia no seio das nossas sociedades. Com

este objetivo, e consciente do papel que este órgão detém num processo de desenvolvimento onde a cultura constitui um dos eixos principais de atuação (ICOM, 2013a), o ICOM lembra-nos o potencial do museu e do património como motores positivos de desenvolvimento, ao invés de meras fontes de dispêndio como até agora foram frequentemente vistos (ICOM, 2013b).

Neste contexto a Sociomuseologia, levando em frente os seus desafios, compreende hoje o museu como um processo político, poético e pedagógico em permanente construção (MINOM, 2013), que se desenvolve a partir de um conceito amplo e profundo de participação (Moutinho, 2010), apropriando-se dos quatro eixos que integram este modelo de desenvolvimento, para situar o museu num enquadramento interdisciplinar, no centro do sistema.

Microcosmo e laboratório local de uma sociedade em evolução, o museu pode assim contribuir, pela sua capacidade mobilizadora, para a valorização e (re)utilização dos recursos naturais (fruto de uma relação construtiva com o território e o ambiente) e culturais (ao reposicionar os valores da cultura e do património no quotidiano local), a construção de uma justiça social (a partir de um conceito próprio de comunidade como estrutura dinamizadora) e de uma economia equitativa (que envolve o desafio de construir novas formas de harmonia local, a partir do modelo biocêntrico) (Acosta, 2013).

Ao museu cabe, na ótica contemporânea da Sociomuseologia, compreender que o seu grande património são as pessoas (Chagas, 2013), contribuindo assim para a construção de uma globalização alternativa. Vejamos então o caso do MuT.

3. NUMA VILA DO INTERIOR DO ALGARVE

O atual Museu do Trajo de São Brás de Alportel dá o primeiro sinal de vida em 1983 quando o seu fundador, o Padre José da Cunha Duarte, decide organizar uma exposição de objetos etnográficos no Quartel de Bombeiros de São Brás de Alportel.

A partir do Centro Cultural e Social da Paróquia local, é desenvolvido então um processo de recolha etnográfica mais aprofundado e, com o tempo, nasce a ideia de criar um museu centrado nesta temática, com o objetivo de proceder ao estudo e à divulgação dos bens locais.

É assim que, em 1987, e motivada pelo interesse patrimonial do espólio que ia ganhando forma, mas também pela sua missão de apoio social ao desenvolvimento local, a Santa Casa da Misericórdia de São Brás de Alportel (SCM),⁴ decide envolver-

⁴ A Santa Casa da Misericórdia de São Brás de Alportel é a sede local de uma organização nacional do mesmo nome, que centra a sua atuação na ação social a diferentes níveis.

se no projeto a pedido do Padre Cunha Duarte, aceitando a guarda do espólio entretanto acumulado.

Comprometida desde a primeira hora com esta missão, e com a etnografia local como alvo do processo, a SCM aproveitaria a doação de uma propriedade do século XIX, localizada no centro da Vila, para criar uma nova valência⁵ centrada nas questões que o Padre trouxera à Vila: a Casa da Cultura António Bentes.⁶

Nas mãos da Misericórdia esta Casa albergou, desde as suas origens, o projeto de criação do Museu Etnográfico do Trajo Algarvio, que se veria materializado por volta de 1990. Com este objetivo, e sob a direção do Padre Cunha Duarte, foi-lhe atribuído um edifício próprio, uma funcionária, um pequeno grupo de colaboradores/as em regime de voluntariado e um corpo de intenções que previa a existência de receitas próprias e a liberdade de programação cultural.⁷

A este propósito cabe salientar que, se por um lado os princípios multiseculares da SCM estabelecem a resposta às carências sociais como prioridades da sua atuação, situando o património cultural numa segunda linha de ação, por outro lado a sua solidez propicia um ambiente de estabilidade favorável à implementação de projetos de longo termo, com base no exercício de conceitos como “causa, consciência social e cidadania” adaptados pelo MuT à ecologia, à defesa do património, e ao desenvolvimento integrado (Sancho, 2006).

Decorrem assim os primeiros anos de vida da Casa da Cultura e do seu Museu, a partir de 1987. No entanto, convém referir que o avançado estado de degradação em que se encontrava o edifício levaria à realização de obras de conservação profundas, de forma contínua, entre 1993 e 2003. Entretanto, o acervo museológico até aí reunido começava a ser notado pelo seu valor etnográfico e patrimonial, o que, tendo em conta a necessidade de organização e de inventário, assim como as deficientes condições de conservação em que se encontravam a maioria dos bens – numa área tão exigente como a do património têxtil – tornou necessária a formação de uma pequena equipa, que contou então com o apoio especializado do Museu Nacional do Traje.

De facto, as bases em que assentava o projeto – ausência de pessoal técnico, perfil da tutela, modelo de gestão independente, orçamento reduzido e, sobretudo, a “essência coletiva” das origens e evolução do acervo museológico – não permitiam analogias com modelos que desembocassem num museu convencional. Por outro

⁵ Ver “Protocolo celebrado entre a Santa Casa da Misericórdia de São Brás de Alportel e o Centro Cultural e Social da Paróquia de São Brás de Alportel” (1987) em www.museu-sbras.com/docs-protocolo-1987.pdf e atualização do documento realizada em 1992 em www.museu-sbras.com/docs-protocolo-1992.pdf.

⁶ A esta estrutura foi dado o nome do marido e executor da vontade da benemérita proprietária da casa, Lucília Dias Sancho, entretanto falecida.

⁷ Ver “Regulamento” em www.museu-sbras.com/docs-regulamento-ccab-1987.pdf.

lado, as características intrínsecas do lugar tornavam indispensável o vínculo às pessoas da terra, quer do ponto de vista do reconhecimento mútuo, quer do enriquecimento do acervo museológico, quer do alargamento da equipa técnica com base na diversidade de saberes e experiências locais, quer ainda da própria sustentabilidade geral do projeto.

E como caminhando se faz o caminho, com o tempo e a evolução natural dos processos, o Museu Etnográfico do Trajo Algarvio foi ganhando uma dinâmica própria alicerçada em dois pilares centrais e profundamente entrelaçados: a construção coletiva dos processos relacionados com a vida do Museu (em sintonia com a vida exterior ao mesmo), e a definição de uma temática central de estudo que permitisse a abordagem dos contextos históricos, geográficos, sociais e culturais da região, numa ótica de valorização das culturas do interior do Algarve: o segmento patrimonial do trajo e da moda (Sancho, 2006).

Simultaneamente, e em sinal de reconhecimento do trabalho em curso por parte da própria tutela, a partir de 1994 o Museu passaria a contar com um segundo funcionário.

Da mesma forma, e de acordo com as políticas de valorização da diferença e da diversidade (Abreu, no prelo) que vêm ganhando força desde o início de século, mas também em sintonia com os princípios e métodos da Museologia Social, a partir de 2006 o nome do Museu refletiria o seu compromisso local, passando a denominar-se Museu do Trajo de São Brás de Alportel.

Nesta base, e sob a tutela da Misericórdia, o MuT conta atualmente com uma equipa formada por três pessoas (com funções de direção, acolhimento e manutenção) que garantem a gestão museológica, a abertura diária ao público e a manutenção dos diversos espaços, estando as funções educativas, de inventário e de gestão das reservas técnicas a cargo de colaboradores/as avançados/as e voluntários/as com as devidas competências (ver camada do “Museu visível”, Quadro 1).

Neste contexto, a gestão museológica é da responsabilidade da direção do Museu, que planeia a médio ou a longo prazo iniciativas correntes, exposições e projetos, com a ajuda de um grupo de colaboradores/as com estatutos e proveniências de vária ordem, que vão de autodidatas e aposentados/as, a jovens licenciados/as.

Já a planificação e montagem de novas exposições, uma vez definidos os conteúdos e feita a recolha/seleção dos objetos com base em processos coletivos de trabalho, integra-se na área de responsabilidades da empresa residente Museu à Medida. Caso semelhante acontece com a área de Design e Comunicação do Museu, a cargo da jovem empresa No Traço, cuja viabilidade económica depende dos

serviços prestados ao MuT e, sobretudo, ao mercado exterior. O serviço de cafetaria, ou Cantinho do Museu, funciona por concessão (colaborativa/solidária) a jovens empresários/as com interesse em dar vida própria a este recanto do jardim (ver camada do “Museu integrador”, Quadro 1).

Por outro lado, junto com o programa de exposições e os projetos de investigação em curso (ver camada “Museu do tempo longo”, Quadro 1) o MuT conta com uma programação cultural e recreativa que se encontra a cargo dos Amigos do Museu que, pelo seu empenho e pela riqueza da sua interação com a instituição, ocupam um lugar de grande destaque na estrutura geral. Os Amigos constituem-se como uma associação com cerca de 800 sócios/as e são responsáveis por um vasto programa sociocultural, pelo funcionamento de vários grupos autónomos nas áreas do teatro, jardinagem, canto, fotografia, desporto, história ou renda de bilros (ver “Museu do dia a dia”, Quadro 1), e também pelas iniciativas de voluntariado que alimentam as funções de inventário e de educação patrimonial.

Numa estrutura desta natureza, as várias organizações que partilham os espaços do Museu gozam de uma autonomia assente na responsabilização individual, assumindo a direção as funções de mediação e de elo de ligação entre todas as partes.

Equipa, colaboradores/as, voluntários/as, coletivos, organizações e utilizadores/as, assumem hoje o MuT como um espaço de partilha que assenta as suas bases no desenvolvimento da criatividade sociocultural e na valorização de novos usos da diversidade cultural e natural que caracteriza o território. O Museu entende-se também como campo experimental de um modelo alternativo de gestão, que pode representar um contributo para a compreensão da função social dos museus de comunidade, mas também um laboratório capaz de (re)significar e (re)dimensionar os conceitos de património e de patrimonialização.

Reconhecido como guardião da memória coletiva local, passada e presente, e como gerador de diálogos plurais comprometidos com a salvaguarda da diversidade, o MuT constitui-se atualmente como um Museu útil às pessoas, quer na sua vivência quotidiana, quer na sua relação com o meio que habitam. Neste processo, e junto com os valores ideológicos que se encontram na base da sua criação e evolução (solidariedade social + Museologia Social), a chave do seu crescimento parece estar na autonomia museológica e cultural que conseguiu conquistar.

Olhando para o passado, percebemos agora como as origens do MuT moldaram a sua forma e conteúdos, e como a ligação inicial às pessoas acabaria por ser uma constante essencial na sua evolução, permitindo com o tempo atingir um nível de maturidade sociocultural como o que apresentamos a seguir.

4. O MUT: UM MUSEU DO QUOTIDIANO, DO PODER COLETIVO, DO SABER PARTILHADO

A circunstância de se terem cruzado no MuT uma série de condições específicas, originou o desenvolvimento de um modelo de gestão particular. Movido pela liberdade de ação, pela autonomia financeira como caminho para a sustentabilidade e exemplo para o próprio território onde se localiza, este Museu conta hoje com elevados índices de participação e envolvimento da população.

Por estas razões, torna-se assim num interessante caso de análise do ponto de vista das práticas relacionadas com a Museologia Social, mas também na perspetiva dos novos modelos de desenvolvimento social e cultural estruturados a partir da base para o topo, e ainda do processo de apropriação e adaptação do conceito de património cultural.

Com efeito, o MuT constitui-se como uma plataforma de encontro e reconhecimento dos saberes e experiências de vida que nutrem o conceito de diversidade sociocultural do interior do Algarve. Neste sentido, a direção assume caminhos e práticas que visam o desenvolvimento de um modelo de gestão transversal, assente no conceito contemporâneo de rede e no exercício de construção do Museu como lugar de empoderamento⁸ da população local.

Tendo em conta estes aspetos e numa perspetiva conforme com o carácter experimental do processo, podemos então perguntar-nos sobre o que caracteriza o Museu de São Brás.

Na verdade, o MuT cumpre a generalidade dos requisitos que nos permitem classificá-lo como Museu, quer do ponto de vista dos parâmetros estipulados pela Rede Portuguesa de Museus, quer na perspetiva das definições e normativas internacionais estipuladas pelo ICOM. Contudo, não se trata de um museu no sentido estrito do termo, isto é, que esgota a sua missão num assumir neutro das funções museológicas internacionalmente definidas, a partir de uma temática ou um marco territorial. Trata-se sim, de um museu profundamente inspirado nos princípios e práticas da Museologia Social e, como tal, fruto da adaptação progressiva às geografias naturais e humanas do lugar, com o propósito de se tornar útil ao desenvolvimento local.

⁸ Empoderamento enquanto sinónimo de obtenção, alargamento ou reforço do poder, como no exemplo “O desenvolvimento económico pressupõe um empoderamento das camadas mais desfavorecidas”, *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* (2001). Lisboa: Academia das Ciências/Verbo, p. 1379.

o museu em camadas



QUADRO I - Ecossistema cultural do MuT visto em camadas de ação museológica

Fonte: Emanuel Sancho e Lorena Sancho Querol

SISTEMATIZANDO A EXPERIÊNCIA

Para podermos perceber melhor o funcionamento do MuT, e sobretudo o carácter sociomuseológico do seu projeto, optámos por criar um quadro que nos permitisse abordar cada uma das camadas que atualmente dão vida ao Museu (Quadro 1). Nele definimos quatro níveis de atuação em função do tipo de alcance social, cultural, ambiental e económico, mas também dos propósitos, dos/as agentes e dos públicos que o utilizam, de modo a podermos explicar, com clareza, o modelo de gestão do nosso protagonista.

Neste Quadro, o **Museu visível** toma como ponto de partida as funções museológicas hoje internacionalmente estabelecidas, relacionadas com as exposições e os catálogos, a investigação e a publicação, as coleções e as atividades de educação patrimonial. Esta camada é dirigida em particular aos públicos externos ao território, que procuram conhecer, ainda que de relance, a cultura local trocando olhares com outras realidades.

No entanto, junto deste “museu visível” coabitam novas competências, iniciativas de voluntariado, projetos ambientais e artísticos, utopias de diversas formas, cores e intensidades, e também o compromisso de dar vida a uma gestão sustentável dos recursos relacionados com o Museu e com o território, em sintonia com um conceito de cultura alargado e inclusivo.

Entramos assim numa segunda camada de visibilidade, não por isso menos importante, onde ganha vida o **Museu do dia a dia**. Nela os Amigos do Museu, graças à autonomia que lhes é reconhecida pela direção e em articulação quase orgânica com as pessoas da terra, oferecem formação, informação e socialização, através das iniciativas anteriormente referidas. A construção deste Museu do dia a dia, exige presença, atenção e escuta constantes das necessidades e aspirações de quem partilha o território com o MuT. Exige “viver com” as pessoas, isto é, identificar sinergias capazes de acompanhar ritmos, aproveitar saberes, tempos e espaços, tornando o Museu útil no dia a dia. Este processo tem vindo a traduzir-se numa crescente afluência de públicos e utilizadores/as, num uso diversificado e diário dos espaços, e na conseqüente geração de receitas que tornam estável o funcionamento desta organização, permitindo a criação de um posto de trabalho: o da gestora dos Amigos.

Ainda nesta camada, e pelas características das atividades que nela se desenvolvem, convém salientar que, em função da natureza e da intensidade participativa, o MuT estabelece uma diferença entre os públicos visitantes, isto é, as pessoas que habitando ou não o território do Museu, o utilizam de forma distanciada e esporádica, e os/as utilizadores/as, ou seja, aquelas pessoas que o frequentam regularmente e com as quais se estabelece uma interação social e cultural duradoura e enriquecedora para ambas as partes (Victor, 2005).

A um nível ainda mais profundo, que combina uma menor visibilidade exterior com uma crescente utilidade local, surge um outro Museu: aquele que integra nos seus espaços projetos de longo termo, serviços, jovens empresas, ideias e sonhos ou associações locais, assumindo assim o papel de **Museu integrador**.

Sob esta forma, o MuT desempenha uma outra função social: a de apoiar pessoas e organizações na prossecução dos seus objetivos individuais ou coletivos, construindo, pela proximidade e cumplicidade, uma comunidade colaborativa de interesses que se completam e intersejam diariamente. Este jogo de interações permite, ao mesmo tempo, consolidar a vertente sociocultural do projeto museológico através de novas colaborações, da diversidade de experiências, culturas e competências, da criação de serviços inovadores, em suma, da renovação social com base no desenvolvimento da cultura local.

Por último surge a camada “substrato”, isto é, a camada menos visível e mais estruturante para a construção do equilíbrio sociomuseológico a longo prazo, quer pelas suas implicações éticas – nas perspetivas económica, ecológica, social e patrimonial – quer pela sua capacidade de tornar o projeto museológico sustentável, contribuindo para o reconhecimento do papel do Museu no âmbito do desenvolvimento

local. Referimo-nos assim ao **Museu do tempo longo**, uma camada do MuT onde nos encontramos com as iniciativas e projetos que, a longo prazo, estão a permitir, entre outras coisas:

- Alargar o DNA patrimonial do interior do Algarve (Varine, 2012) com a participação de diferentes coletivos locais, cujas experiências e conhecimentos permitem identificar outras formas de capital patrimonial comunitário;
- Contribuir para o reconhecimento da experiência social e cultural local, e a partir daí construir um saber solidário e inclusivo (Santos, 2009), capaz de responder aos desafios das sociedades contemporâneas;
- Incutir, pela via da educação patrimonial, mecanismos de salvaguarda ativa estruturados a partir de processos de investigação-ação que privilegiam a alteridade e o diálogo intergeracional e multicultural, a partir do eixo escola-museu;
- Estabelecer princípios e boas práticas de museologia sustentável, quer do ponto de vista ambiental, quer do ponto de vista económico, social e cultural, permitindo o aproveitamento dos recursos locais e a reutilização dos diferentes capitais coproduzidos junto do Museu.

Subjacente a esta estrutura encontramos as fundações do edifício, isto é, o resultado de um esforço constante de criação de estabilidade a longo prazo, visando alcançar o reconhecimento como espaço de autodeterminação e liberdade, mas também a sustentabilidade nas suas diversas formas.

A CONSTRUÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

Neste sentido, e exercitando um outro olhar sobre estas camadas de ação, propusemo-nos analisar as experiências em curso segundo a sua maturidade económica, para perceber de que forma está sendo construído este outro lado da sustentabilidade museológica, essencial nos tempos que correm. Deparámo-nos então com estes quatro estádios de maturidade:

- num primeiro grupo encontramos componentes que apresentam um deliberado propósito comercial, e que além de permitirem a criação de novos postos de trabalho nascidos de dinâmicas culturais, constituem fontes regulares de rendimento: falamos da Loja e do Cantinho do Museu (cf.: www.museu-sbras.com/bar.html);
- de um segundo grupo constam as iniciativas que já atingiram a sua sustentabilidade económica plena, isto é, que geram fundos equivalentes aos gastos relacionados com o seu adequado funcionamento. Trata-se, por exemplo, da atividade expositiva *versus* a museográfica, e das publicações

- versus* a investigação, e também do grupo dos Amigos do Museu (cf.: <http://www.amigos-museu-sbras.org/>), que ganhou a sua maioria em 2007, quando passou a equilibrar as suas receitas e despesas (onde se inclui a criação do posto de trabalho anteriormente referido);
- o terceiro grupo integra projetos de prestação de serviços que cumprem um plano de viabilização económica de médio prazo, sendo entretanto cofinanciados por outros projetos que já atingiram a sua estabilidade económica. Constituem exemplos práticos as iniciativas Museu à Medida (cf.: <http://museuamedida.yolasite.com/>) e NoTraço, Design e Comunicação (cf.: <http://museusbras.wix.com/design>);
 - um quarto grupo integra departamentos do MuT que por si só não apresentam potencial de viabilização económica, devendo por isso o próprio MuT gerar receita adicional que suporte o seu funcionamento. Constituem exemplos práticos destes casos o Centro de Documentação (gestão da biblioteca e fundos documentais) e os Serviços de Limpeza. Para eles o MuT continua à procura de uma fórmula apropriada.

5. RESSIGNIFICANDO CONCEITOS, PRÁTICAS E SENTIDOS NO MUSEU

Dando seguimento a esta linha de atuação, e consciente da importância que detém a construção de uma museologia capaz de reforçar a relação entre o social e o sustentável, o MuT repensa-se em torno de uma questão vital: como materializar, na prática, o cruzamento entre os (quatro) pilares do desenvolvimento e os (três) eixos de atuação que deram vida, nas suas origens, à Museologia Social, para definir as novas lógicas e modos de agir do museu local.

Sob esta perspetiva, e tomando como ponto de partida a estrutura apresentada no Quadro 1 para conhecer de perto alguns dos trabalhos que estão a ser desenvolvidos no MuT, identificámos quatro experiências que nos parecem responder a este desafio, apresentando-as a seguir:

PROJETO “FOTOGRAFIA, MEMÓRIA E IDENTIDADE” (FMId)

Criado em 2009 como um exercício de arqueologia memorial em torno do território do concelho de São Brás, o projeto FMId permite descodificar outros segmentos do DNA patrimonial local, entre os quais se encontram: saberes tradicionais, história e memória local, usos equilibrados dos recursos locais, formas de economia alternativas, de organização comunitária, etc. Neste processo, o Museu assume o papel de mediador junto da população local.

Objetivo(s): Trabalhar as memórias visuais do território a partir dos arquivos de fotografias das famílias do concelho, visando a construção de um imenso álbum da comunidade capaz de descodificar cartografias culturais, sociais, rurais e urbanas, há muito tempo esquecidas e fundamentais para a compreensão/construção de um presente com vista para o futuro.

Metodologia: realização de um encontro semanal com um pequeno grupo de pessoas locais com perfil e interesse neste processo, onde se realiza a descodificação das memórias submersas nas imagens de família, abarcando todos os períodos, lugares e segmentos sociais do território. Estas pessoas assumem-se como recoletores dos documentos junto da comunidade e participam ativamente nos trabalhos técnicos de inventariação e documentação.

Resultados e produtos: como fruto do caminho percorrido e dando voz ao grupo de trabalho, o Museu tem-se deslocado gradualmente para uma posição discreta, assumindo hoje o papel de facilitador e disponibilizador das memórias que emergem durante as jornadas de trabalho. Este projeto utiliza os novos suportes de informação para facilitar a partilha das memórias identificadas dentro e fora do Museu, contribuindo assim para o alargamento constante do projeto a outras escalas.

Simultaneamente, foi criada uma base de dados que contém hoje cerca de 30 000 imagens representativas de 400 famílias do concelho e zonas limítrofes. É por isso que Museu e comunidade confluem na ideia de terem conseguido criar, com o tempo, uma “conta corrente da memória” para cada uma das famílias locais. Na verdade, a tipologia da documentação integrada nos processos familiares tem vindo a diversificar-se, passando atualmente a integrar também correspondências, documentos legais, registos vídeo e áudio, etc., num processo muito dinâmico a que não são alheias as alterações familiares, por exemplo os nascimentos, casamentos e óbitos (cf.: www.museu-sbras.com/grupo-fotos.html).



IMAGEM I - Estudo de identidades e biografias locais “escola particular da menina sousinha”, São Brás de Alportel

Fonte: Arquivo familiar de Júlio Martins Negrão, sobrinho e aluno da professora

PROJETO “ESCOLA NO MUSEU” (EMUS)

Nascido em 2008 com a ideia de contribuir para uma aproximação entre a área da educação e a da cultura numa escala local, o projeto EMus interliga as dimensões ambiental, social e cultural da sustentabilidade. Neste contexto propõe-se desenvolver a relação complementar que existe entre educação formal e não formal, estreitando laços entre Escola e Museu mediante a criação de um projeto de educação patrimonial destinado ao 1.º ciclo do ensino básico português (6-10 anos).

Considerando prioritário o investimento na formação das novas gerações, e também a desmitificação da imagem elitista dos museus junto das crianças e das suas famílias, este projeto coloca o MuT ao serviço da escola, facilitando os procedimentos mediante a eliminação de barreiras e burocracias, e concedendo liberdade de atuação ao corpo docente.

Objetivo(s): Desenvolver relações de proximidade e estreita cooperação entre Escola e Museu, estimulando o trabalho com a diversidade de aspetos e temáticas relacionadas com o território e a cultura locais. Construir um relacionamento afetivo duradouro entre o Museu, as crianças e as suas famílias, visando:

1. valorizar a diversidade cultural e natural do concelho, da região, do país e do planeta;
2. inculcar valores de cidadania e espírito crítico;
3. desenvolver novos hábitos e necessidades culturais nas famílias;
4. inserir o Museu no círculo de espaços e vivências habituais das famílias locais;
5. redefinir as suas áreas de educação patrimonial tradicionais, mediante a criação de novas áreas de estudo;
6. criar um Grupo Juvenil de Amigos e Amigas do Museu (JoMus).

Metodologia: Direcionado às escolas do concelho que se situam nas proximidades do MuT, o EMus prevê a criação de um plano anual de atividades construído entre docentes e Museu, com base nas necessidades identificadas nos programas escolares e nas características de cada turma. Desta forma, durante os quatro anos letivos que correspondem ao referido ciclo, têm lugar atividades de educação patrimonial com uma frequência mínima mensal.

Resultados e produtos: Identificando a proximidade, a constância e a assiduidade como chaves do processo, o EMus tem permitido, entre outros resultados: a divulgação/visibilidade das atividades escolares junto da comunidade e dos visitantes do Museu, a melhoria da qualidade de algumas das iniciativas escolares devido à intervenção técnica do Museu, o maior envolvimento das famílias nos acontecimentos e nos processos educativos, o acesso gratuito de docentes, discentes e famílias a diversas iniciativas do MuT, e a utilização de alguns recursos e bens museológicos em atividades escolares (cf.: <http://www.museu-sbras.com/escolamuseu.html>).



IMAGEM II - Atividades no âmbito do projeto EMus

Fonte: Emanuel Sancho

EXPOSIÇÃO PARTICIPATIVA “CEM ANOS DEPOIS” (CADE)

Cruzando as dimensões económica, social e cultural da sustentabilidade, a CADe é a próxima exposição do MuT e será inaugurada no dia 16 de maio de 2014.

Sob o título provisório Cem anos depois, esta exposição é uma iniciativa museológica que comemora o centenário do concelho de São Brás de Alportel (1914-2014). Trata-se da segunda edição da experiência de museografia participativa que deu lugar à exposição atualmente patente ao público no MuT.⁹ A nova exposição retoma a mesma metodologia e as aprendizagens que dela resultaram, aprofundando o caminho então iniciado.

Objetivo(s): promover a participação de todas as pessoas que, pela sua relação com o território, a história e a cultura do concelho, aceitem o desafio e o direito museológico de colaborar no desenho, gestão e materialização das exposições do MuT, alimentando o trabalho em rede e definindo novos caminhos que conduzem a uma Museologia participativa.

Metodologia: este tipo de exposição participativa toma como ponto de partida a constituição de um grupo de trabalho que mistura pessoal técnico e comunidade, assim como a abertura de uma página de internet onde se apresenta a iniciativa museológica que se pretende criar, e a partir da qual se organiza todo o processo de conceção e montagem participativa da exposição. Neste espaço virtual são disponibilizados, com permanente atualização, todos os pormenores do processo: planificação dos espaços, itinerários, seleção de peças, investigação, diário de trabalho e calendarização. A participação é possibilitada pelos vários fóruns abertos e disponíveis na página.

Resultados e produtos: Este tipo de experiências estimulam a colaboração de uma grande diversidade de pessoas entre as quais se encontram colecionadores/as, técnicos/as ou simples curiosos/as procedentes de vários pontos do globo. A experiência anterior revelou a importante participação de emigrantes originários do concelho, e atualmente espalhados pelo mundo, transformando este processo num elo de ligação ao seu local de origem. Da mesma forma cabe salientar a transparência dos processos inerentes à organização da exposição, o profundo nível de partilha que caracteriza o processo, e o incentivo ao modelo colaborativo, como principais pontos fortes desta experiência (página do processo em curso: www.museu-sbras.com/100anos.html).

⁹ Algarve 19 foi uma experiência de museologia(grafia) participativa organizada em 2010 que culminou na exposição Sombras de Luz - O Algarve do Século XIX. A página que serviu de plataforma para o desenvolvimento do processo participativo está ainda disponível em www.algarve19.yolasite.com.



IMAGENS III E IV - Pormenores das últimas experiências de exposição participativa

Fonte: Emanuel Sancho

PROJETO “MUSEU VERDE” (MUVe)

Dos projetos aqui referidos o MuVe é aquele que melhor cruza os desafios relacionados com a Museologia social e o desenvolvimento sustentável. Nesta experiência verifica-se a adoção de um conjunto de boas práticas ambientais que apresentam impactos económicos muito relevantes na gestão do MuT, e que posicionam o Museu e sua comunidade face às grandes questões ambientais que afetam o planeta.

Este projeto alterou o comportamento do Museu mediante a implementação de práticas como a separação de resíduos, o uso de equipamentos de baixo consumo energético, a compostagem, a rega do jardim com águas não tratadas, o uso de bicicletas nas pequenas deslocações, ou a utilização de energias solar e eólica, entre outros, ao que, aos poucos, acrescem os ecos próprios de um exemplo inspirador como este, no referente à mudança de atitudes da população local. Neste âmbito, encontra-se atualmente concluída e em fase de licenciamento, uma central fotovoltaica de 10Kw de potência, que tornará o Museu suficiente em termos energéticos (cf.: <http://www.museu-sbras.com/museuverde.html>).



IMAGEM V - Edifício original do MuT a partir do qual ganha vida o projeto MuVe

Fonte: Emanuel Sancho

6. REFLEXÃO FINAL

O MuT é um museu em construção e foi desta maneira que o quisemos dar a conhecer neste artigo. Fizemo-lo associando à palavra Museu a ideia de processo, e à palavra construção os desafios próprios de outras arquiteturas, de outros patrimónios, de causas que hoje merecem a nossa atenção porque estão na base do processo de mudança cujos sinais se perfilam dia a dia.

Quisemos assim questionar o lugar (e o poder) do museu nos processos de significação da palavra património, e de construção de uma sociedade equitativa, onde a cultura, nas suas varias formas e tamanhos, detém um papel essencial.

Trabalhar nesta confluência de sentidos e valores, ausências e presenças, tempos e formas, com uma pequena equipa e um curto orçamento, que resulta em grande parte da iniciativa e dos usos criativos da diversidade local, é para o MuT um exercício quotidiano que responde aos desafios de uma Museologia Social comprometida com a causa da sustentabilidade.

Criatividade social, sensibilidade cultural e flexibilidade museológica parecem ser as chaves de um percurso próprio onde, entre as experiências realizadas, encontramos também iniciativas que não conseguiram atingir uma estrutura minimamente estável, terminando o seu ciclo vital antes do tempo desejado. Com elas também aprendemos a fazer museu.

Passo a passo, é o nosso desafio caminhar pelos trilhos de uma **M**useologia que **U**ne, que age **S**ocialmente, que **E**mpodera mundos e vozes locais para dar sentido à palavra **U**topia, num país que tem na diversidade – cultural e natural – uma das suas grandes riquezas.

AGRADECIMENTOS

Este artigo constitui o resultado de um trabalho de construção crítica coletiva onde Afonso Cunha, Dália Paulo, Glória Maria Marreiros, José D’Encarnação, Mário Moutinho e Rui Parreira aceitaram o desafio de ajudar-nos a materializar o produto final.

LORENA SANCHO QUEROL

Doutorada em Museologia Social pela Universidade Lusófona de Lisboa. Investigadora em pós-doc no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, onde desenvolve pesquisa sobre memória e participação cultural em museus locais. Leciona as disciplinas de Património Cultural no IADE-U. Instituto de Arte, Design e Empresa, desde o ano 2000. As suas publicações enquadram-se na área da Museologia, centrando-se em questões como os novos desafios da museologia participativa, a organização, gestão e uso social dos patrimónios locais, ou os usos inclusivos das memórias invisibilizadas. Outras informações em:

http://www.ces.uc.pt/investigadores/index.php?action=bio&id_investigador=682

Contacto: lorenaquerol@gmail.com

EMANUEL SANCHO

Natural de Faro. Profissional da indústria turística entre 1985 e 1996. Diretor do Museu do Trajo de São Brás de Alportel desde 1997, é membro da direção da secção portuguesa do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM), da direção da Associação de Gestores Culturais do Algarve (AGECAL) e do Grupo Coordenador da Rede de Museus do Algarve (RMA). É ainda conferencista e autor de vários artigos na área da Museologia Social e história local.

Contacto: emanuel@museu-sbras.com

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abreu, Regina (no prelo), “A patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil”, in Cecile Tardy; Vera Dodebei (orgs.), *Memórias e novos patrimônios*. Brasília/Paris: Programa Saint Hilaire, Capes.

- Acosta, Alberto (2013), *El buen vivir. Sumak Kawsay, una oportunidad para imaginar otros mundos*. Barcelona: Icaria.
- Alivizatou, Marilena (2012), "The Paradoxes of Intangible Heritage", in Michelle Stefano; Peter Davis, Gerard Corsane (orgs.), *Safeguarding Intangible Cultural Heritage*. Woodbridge: The Boydell Press, 9-21.
- Bourdieu, Pierre (2001), "Las formas del capital. Capital económico, capital cultural y capital social", in Pierre Bourdieu, *Poder, derecho y clases sociales*. Col. Palimpsesto, Derechos humanos y Desarrollo, 6. Bilbao: Desclée de Brouwer, 131-165 [2.ª ed.].
- Bruno, Maria Cristina (2010), "Mudança social e desenvolvimento no pensamento da museóloga Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos", in Maria Cristina Oliveira Bruno (org.), *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri. Textos e contextos de uma trajetória profissional, vol. 2*. São Paulo: Pinacoteca do Estado, Secretaria de Estado da Cultura, Comitê Brasileiro do ICOM, 159-180.
- Cândido, Manuelina Duarte (2003), "Vagues - a antologia da Nova Museologia", *Cadernos de Sociomuseologia*, 20(20), 33-49. Versão eletrónica consultada a 05.04.2013, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/374/283>.
- Chagas, Mário (2013), "El gran patrimonio de un museo es el público: Mario Chagas", Periódico *El Tiempo.com*, de 27 de setembro. Consultado a 15.10.2013, em http://www.eltiempo.com/entretenimiento/arte/ARTICULO-WEB-NEW_NOTA_INTERIOR-13086708.html.
- Declaração de Québec. Princípios de base de uma Nova Museologia* (1984), Versão eletrónica consultada a 05.09.2013, em <http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/museologia/quebec.htm>.
- Delgado, María Concepción (2009), "El fuera de sí", in Ema León (org.), *Los rostros del otro. Reconocimiento, invención y borramiento de la alteridad*. Col. Ciencias Sociales: Autores, Textos y Temas, nº 65. Barcelona: Anthropos, Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias, Universidad Nacional Autónoma de México, 131-157.
- Elkington, John (1998), *Cannibals with Forks*. The Conscientious Commerce Series. Canada: New Society Publishers.
- Fernández, Luis Alonso (2003), "La museología actual, una ciencia de acción", in Luis Alonso Fernández, *Introducción a la nueva museología*. Col. Arte y Música. Madrid: Alianza, 63-88.
- Fraser, Nancy (2000), "Rethinking Recognition", *New Left Review*, 3, May-June, 107-120. Versão eletrónica consultada a 05.09.2013, em <http://newleftreview.org/II/3/nancy-fraser-rethinking-recognition>.
- Gonçalves, José Reginaldo dos Santos (2007), "Os limites do património", in Manuel Ferreira Lima Filho; Jane Filipe Beltrão; Cornelia Eckert (orgs.), *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 239-246.
- Hawkes, Jon (2001), *The Fourth Pillar of Sustainability: Culture's Essential Role in Public Planning*. Victorian Cultural Development Network. Melbourne: Common Ground P/L.

- Versão eletrónica consultada a 10.09.2013, em [http://community.culturaldevelopment.net.au/Downloads/HawkesJon\(2001\)TheFourthPillarOfSustainability.pdf](http://community.culturaldevelopment.net.au/Downloads/HawkesJon(2001)TheFourthPillarOfSustainability.pdf).
- ICOM (1958), *Seminário Regional da UNESCO sobre o Papel Pedagógico dos Museus*. Versão eletrónica consultada a 08.10.2013, em <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001338/133845so.pdf>.
- ICOM (1972), *Declaração de Santiago de Chile*. Versão eletrónica consultada a 07.10.2013, em http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/museologia/ mesa_chile.htm.
- ICOM (2013a), “Viability and Sustainability of Museums through the Global Financial Crisis”. Resolução aprovada pela Assembleia-Geral do ICOM, Conferência Geral do ICOM, Rio de Janeiro, a partir da Declaração de Lisboa.
- ICOM (2013b), “Support Culture and Museums to Face the Global Crisis and Build the Future” (Lisbon Declaration). Versão eletrónica consultada a 10.05.2013, em [http://www.icom-portugal.org/multimedia/Lisbon%20Declaration_April_2013\(1\).pdf](http://www.icom-portugal.org/multimedia/Lisbon%20Declaration_April_2013(1).pdf).
- Lorente, Jesús Pedro (2012), “La nouvelle muséologie y su impacto”, in Jesús Pedro Lorente, *Manual de Historia de la Museología*. Coleção Manuales de Museística, Patrimonio y Turismo Cultural. Madrid: Trea, 65-70.
- MINOM (2013), *Declaração MINOM Rio 2013*, V Conferência Internacional do MINOM, Rio de Janeiro, 8-10 de agosto de 2013. Versão eletrónica consultada a 10.11.2013, em <http://www.minom-icom.net/files/declaracao-do-rio-minom.pdf>.
- Moutinho, Mário (2010), “Evolving Definition of Sociomuseology: Proposal for reflection”, in Paula Assunção dos Santos; Judite Primo (orgs.), *Cadernos de Sociomuseologia*, 38, 27-31. Versão eletrónica consultada a 05.05.2013, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/1642/1307>.
- ONU (1987), “Our Common Future”. Versão eletrónica consultada a 10.10.2013, em <http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm>.
- ONU (1992), “Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento”. Versão eletrónica consultada a 03.02.2015, em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v6n15/v6n15a13.pdf>.
- ONU (2012), “Cultura e sustentabilidade na Rio+20. Relatório final”. Versão eletrónica consultada a 12.10.2013, em <http://www.cultura.gov.br/documents/10901/689246/Cultura+e+Sustentabilidade+na+Rio%2B20+-+RELAT%C3%93RIO+FINAL/87fa7f40-99c1-495d-8b16-b6557afb4323?version=1.0>.
- Sancho, Emanuel (2006), “Museu do Trajo de S. Brás de Alportel: uma experiência particular”, *Museal*, 1, 57-63.
- Sancho Querol, Lorena (2013), “Para uma gramática museológica do (re)conhecimento: ideias e conceitos em torno do inventário participado”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, XXV, 165-188. Versão eletrónica consultada a 05.07.2013, em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/11484.pdf>.

- Sancho Querol, Lorena; Sancho, Emanuel (2014), "On the Trail of Social Museology: Inclusion & Diversity in the Museum of São Brás", *in* Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (org.), *Atas do 19º Workshop da APDR: "Resilient Territories: Innovation and Creativity for New Modes of Regional Development"*. Faro: University of Algarve, 89-102.
- Santos, Boaventura Sousa (2009), "Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma economia de saberes", *in* Boaventura de Sousa Santos; Maria Paula Menezes (orgs.), *Epistemologias do Sul*. Coimbra: CES/Almedina, 23-71.
- UNESCO (1972), "Convención para la Protección del Patrimonio Mundial Cultural y Natural". Versão eletrónica consultada a 05.10.2013, em http://portal.unesco.org/es/ev.php-URL_ID=13055&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html.
- UNESCO (1989), "Recomendación para la Salvaguarda de la Cultura Tradicional y Popular". Versão eletrónica consultada a 05.09.2013, em http://portal.unesco.org/es/ev.php-URL_ID=13141&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html.
- UNESCO (2001), "Declaração Universal da Diversidade Cultural". Versão eletrónica consultada a 05.10.2013, em <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>.
- UNESCO (2003), "Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial". Versão eletrónica consultada a 05.10.2013, em <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>.
- Varine, Hugues de (2012), "O conhecimento do património", *in* Hugues de Varine, *As raízes do futuro. O património ao serviço do desenvolvimento local*. Porto Alegre: Medianiz, 43-82.
- Victor, Isabel (2005), "Do conceito de públicos ao de cidadãos-clientes", *Cadernos de Sociomuseologia*, 23, 163-220. Versão eletrónica consultada a 05.09.2013, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/403/310>.